

# O ENSINO HÍBRIDO COMO POSSIBILIDADE DE OTIMIZAÇÃO DE TEMPO NO ENSINO UNIVERSITÁRIO NOTURNO

BLENDED LEARNING AS A POSSIBILITY OF TIME OPTIMIZATION IN NIGHT UNIVERSITY EDUCATION

LA ENSEÑANZA HÍBRIDA COMO POSIBILIDAD DE OPTIMIZACIÓN DEL TIEMPO EN LA EDUCACIÓN UNIVERSITARIA NOCTURNA

*Julio Cesar Oliveira Bernardo<sup>1</sup>, Acir Mário Karwoski<sup>2</sup>*

## RESUMO

Esta pesquisa parte da premissa de que o distanciamento físico e a adoção do ensino remoto, intensificados pela pandemia de covid-19 a partir do ano de 2020, ressignificaram a aplicação do ensino híbrido, compreendido como práticas de ensino com metodologias diversificadas e, na maior parte das situações, alternadas entre sistema presencial e *on-line*. O objetivo foi levantar reflexões sobre a viabilidade do ensino híbrido no ensino universitário noturno. As análises foram obtidas a partir de literatura relacionada a ensino híbrido, evasão, ensino superior e ensino noturno. Busca na Plataforma de Periódicos da Capes, também utilizada, veio ao encontro de justificar e subsidiar a necessidade de se promoverem mudanças quanto à gestão do tempo no processo de ensino e aprendizagem de alunos do turno noturno, geralmente marcados pela dualidade entre estudo e trabalho. Por meio de fontes bibliográficas e documentais, esta pesquisa procurou relacionar o uso do ensino híbrido na otimização de tempo para o ensino universitário noturno, demonstrando poder ser uma estratégia constante para atenuar índices altos e permanentes de evasão. Os resultados e reflexões apontam consideráveis possibilidades de aplicabilidade e alertam sobre a necessidade de se reestruturarem turnos e sistemas de ensino, sobretudo o noturno.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ensino noturno. Ensino híbrido. Ensino superior. Evasão.

---

<sup>1</sup> Licenciado em Letras. Especialista em ensino de Língua Portuguesa. Mestre e doutorando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), Uberaba MG. E-mail: [julio.bernardo@uftm.edu.br](mailto:julio.bernardo@uftm.edu.br)

<sup>2</sup> Licenciado em Letras. Mestre em Linguística Aplicada. Doutor em Letras - Estudos Linguísticos. Professor associado do Departamento de Linguística e Língua Portuguesa da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) em Uberaba - MG. Pós-Doutor em Educação. E-mail: [acir.karwoski@uftm.edu.br](mailto:acir.karwoski@uftm.edu.br)

**Submetido em:** 30/11/2022 - **Aceito em:** 17/02/2023 - **Publicado em:** 08/04/2024

**ABSTRACT**

This research is based on the premise that physical distancing and the adoption of remote teaching, which was intensified by the covid-19 pandemic from 2020, have re-signified the application of blended learning, understood as teaching practices with diversified methodologies and, for the most part of the situations, alternating between face-to-face and online systems. The objective was to raise reflections on the viability of blended learning in night college. The analyzes were obtained from literature related to blended learning, evasion, higher education and night school. A research on the Capes Periodicals Platform was used and came to justify and support the need to promote changes in terms of time management in the teaching and learning process of night shift students, generally marked by the duality between study and work. Through bibliographical and documentary sources, this research sought to relate the use of blended learning in optimizing time for night college teaching, demonstrating that it can be a constant strategy to mitigate high and permanent evasion rates. The results and reflections point to considerable applicability possibilities and warn about the need to restructure shifts and teaching systems, especially about the night school shift.

**KEYWORDS:** Night teaching. Blended learning. Higher education. Evasion.

**RESUMEN**

Esta investigación parte de la premisa de que el distanciamiento físico y la adopción de la enseñanza remota, intensificados por la pandemia de la covid-19 a partir de 2020, han resignificado la aplicación de la enseñanza híbrida, entendida como prácticas docentes con metodologías diversas y, en la mayoría de las situaciones, alternando entre sistemas presenciales y en línea. El objetivo fue plantear reflexiones sobre la viabilidad de la enseñanza híbrida en la educación universitaria nocturna. Los análisis se obtuvieron de la literatura relacionada con la educación híbrida, la evasión, la educación superior y la educación nocturna. Una búsqueda en la Plataforma de Periódicos Capes, que también fue utilizada, vino a justificar y sustentar la necesidad de promover cambios en cuanto a la gestión del tiempo en el proceso de enseñanza y aprendizaje de los alumnos del turno de noche, generalmente marcados por la dualidad entre estudio y trabajo. A través de fuentes bibliográficas y documentales, esta investigación buscó relacionar el uso de la educación híbrida en la optimización del tiempo para la educación universitaria nocturna, demostrando que puede ser una estrategia constante para mitigar las altas y permanentes deserciones. Los resultados y reflexiones apuntan a considerables posibilidades de aplicabilidad y advierten sobre la necesidad de reestructurar los turnos y los sistemas de enseñanza, especialmente el nocturno.

**PALAVRAS-CLAVE:** Enseñanza nocturna. Enseñanza híbrida. Educación universitaria. Evasión.

\*\*\*

**1 INTRODUÇÃO**

No primeiro semestre de 2020, diante de um complexo processo de interrupções na vida social, empresas, instituições de ensino e setores análogos tiveram que lidar com a imprevisibilidade de uma pandemia. No início de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou, da Suíça, que o surto do recém-descoberto coronavírus se tratava de uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII), com considerável transmissibilidade entre seres humanos e já presente em vários países (OPAS, 2020).

Requerendo emergencialmente uma resposta internacional, coordenada e imediata nos termos da OMS, a maioria dos países não encontrou outra maneira a não ser aderir às orientações e implementar restrição de circulação social e distanciamento físico. O contexto digital passou em questão de dias ou semanas a ser uma realidade. As interações sociais precisaram se transfigurar em modelo remoto, por meio de integração e comunicação a

distância. E diante desse universo de incerteza, o medo: “medo da doença, medo do desemprego, medo da falta de renda, medo da fome, medo da violência, medo de um devir que se abre sem quaisquer garantias, medo da certeza crescente de que não voltaremos a ser o que éramos” (Saraiva; Traversini; Lockmann, 2020, p.2).

Em consequência desse contexto de medo e insegurança, maior parte do globo terrestre sofreu diante do desconhecido e consideravelmente letal coronavírus. Países se recolheram, cidades implementaram o *lockdown*. Relevante parcela da sociedade parou. Pararam escolas, instituições de ensino, da educação infantil à pós-graduação, em meio a essa desconhecida crise sanitária. Conforme a Unesco (2020), cerca de 87% da população mundial de estudantes – mais de 1,5 bilhão de pessoas – foram afetadas pela pandemia de covid-19, em uma crise sem precedentes. E as mudanças se fizeram, impuseram-se inevitavelmente.

Relatório constituído por 330 participantes de uma pesquisa em 98 países (Reimers; Schleicher, 2020) apontou no contexto educacional a complexidade de problemas e dilemas diante de medidas sociais necessárias, inclusive o inesperado e forçoso isolamento e os possíveis prejuízos à aprendizagem de uma maneira geral. Sistemas de ensino, como a própria sociedade, precisaram se adequar.

No Brasil, a situação não foi diferente, comparando-se à maioria de outros países. O coronavírus não demorou chegar e o Governo Federal, por meio do Ministério da Saúde (MS), logo declarou estado de transmissão do coronavírus e instituiu a Portaria nº 454, de 20 de março de 2020, diante da “necessidade premente de envidar todos os esforços em reduzir a transmissibilidade” (Brasil, 2020a, n.p.).

Diante do isolamento imposto, o Ministério da Educação (MEC), ainda que tardiamente, instituiu a Portaria nº 544, de 16 de junho de 2020, dispondo sobre “a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - Covid-19” (Brasil, 2020b, n.p.). Em seguida, em dezembro de 2020, o Conselho Nacional de Educação (CNE) publicou a Resolução CNE/CP nº 2, instituindo diretrizes nacionais visando orientar e ajustar procedimentos já visualizando o retorno gradual e adaptado das atividades presenciais, “observando regras de gestão, de higiene e de distanciamento físico de estudantes” (Brasil, 2020c, n.p.).

Posteriormente, especificamente na realidade brasileira, sistemas de ensino foram adaptando ações com vistas ao retorno da presencialidade, alternando entre presença e distância, tornando híbridos contextos de ensino e aprendizagem. Mesmo a pandemia se estendendo durante o ano de 2022, o que se viu nessa etapa de pós-início de pandemia foi a intensa implementação do Ensino Híbrido (EH), em inglês “*Blended Learning*”, cuja ocorrência podemos entender quando práticas, ações e programas educacionais são ensinados, ao menos parcialmente, por meio de ferramentas *on-line* (Horn; Staker 2015, p.34) e toda sua viabilidade tecnológica.

O EH não constituiu inovação durante a pandemia, uma vez que já era prática eventualmente empreendida, mas as ações diante dos diversos obstáculos que surgiram atribuíram a ele um tom de renovação e utilidade. Mostrou-se como espécie de fusão de práticas presenciais com atividades remotas, em uma conjectura de ações síncronas intercaladas com assíncronas, demonstrando nitidamente uma possibilidade de reconfiguração pedagógica do processo de ensino e aprendizagem, que muito proveito pode trazer para otimização do tempo em um contexto em que as pessoas foram apresentadas a um novo possível uso de tecnologias efetivamente aplicadas em ações eficazes de ensino.

Em um contexto nacional, sobrecarregado de diversidades sociais, econômicas e educacionais, incluindo as complexidades do ensino noturno e todas as suas peculiaridades, o EH, com sua marca de flexibilidade e dinamismo, pode efetivamente contribuir com várias melhorias e fazer a diferença.

O presente artigo constitui parte das discussões realizadas pelo Grupo de Pesquisa em Educação, Linguagens e Língua Portuguesa (GPELLP), registrado junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e se apresenta com o objetivo de levantar reflexões sobre a viabilidade do ensino híbrido no ensino universitário noturno.

## 2 ENSINO HÍBRIDO: EMANAÇÕES TEÓRICAS

O Ensino Híbrido (EH) - *Blended Learning* apresenta configurações em segmentos educacionais já há muitos anos, bem antes da pandemia de covid-19, que nos assolou recentemente. Nos dizeres de Bernardo e Karwoski (2022, p. 190), o EH “não vem, necessariamente como uma novidade, mas como uma pedagogia reapresentada e revigorada pela própria pandemia”.

Fato a se observar na gênese de práticas de EH é a ideia de alternância, de movimento, como rotações imersas em estações, laboratórios rotacionais, salas de aula invertida (Horn; Staker, 2015) entre outras maneiras de busca pela inovação. Moran (2015) também destaca que uma diversidade de atividades de ensino sempre foi realizada de maneira híbrida, dada a combinação de espaços, métodos, recursos e tempo de ensino e de aprendizagem. Sobre a movimentação cognitiva possibilitada pelo EH, o autor aponta caminhos para o desenvolvimento de atividades híbridas de ensino, com “modelos mais inovadores, disruptivos, sem disciplinas, que redesenham o projeto, os espaços físicos, as metodologias” (Moran, 2015, p.16), entre várias outras possibilidades.

Estudos da Unesco (2014, p. 17-18) reiteram que a educação não deve se limitar “ao aprendizado em ambientes formais (por exemplo, escolas), mas inclui todos os aspectos do ensino e da aprendizagem para todos os tipos de alunos – crianças, jovens e adultos”, ponderando que escolas físicas provavelmente continuem sendo a base da educação formal, mas ao mesmo tempo chamam a atenção para o fato de que com a melhora e a disseminação de tecnologias, “modelos alternativos e suplementares de aprendizagem, como a educação a distância, se tornarão cada vez mais onipresentes”.

Bates (2017), em seu livro “Educar na era digital: design ensino e aprendizagem”, traz o apontamento de que professores têm se envolvido com processos de ensino de maneira *on-line* e que, ao fazê-lo, percebem que muitas atividades em formato tradicional podem ser substituídas via tecnologias digitais, às vezes até com relevantes ganhos no processo, além do caráter de simples complementação de métodos. Gravação de aulas e consequente possibilidade de se tornar material de consulta e acesso posterior, assincronamente, ganham também consideração pelo autor, quando afirma que “se a aula é gravada, os alunos poderiam assisti-la (*sic*) em seu próprio ritmo, e então o tempo de aula poderia ser usado para sessões mais interativas” (Bates, 2017, p. 69). Esse modelo tornou-se conhecido como “*flipped classroom*” (sala de aula invertida). O autor também declara:

algumas instituições estão agora desenvolvendo planos para mover uma parte substancial do seu ensino para modos mais híbridos ou flexíveis. Por exemplo, a University of Ottawa está planejando ter pelo menos 25% dos seus cursos híbridos dentro de cinco anos (University of Ottawa, 2013). A University of British Columbia está planejando reformular a maior parte de suas turmas de primeiro e segundo ano para aulas híbridas (Farrar, 2014). (Bates, 2017, p. 69).

Novais (2017, p. 12), em dissertação intitulada “Ensino híbrido: estado do conhecimento das produções científicas no período de 2006 a 2016”, identificou, a partir de um mapeamento de 60 artigos pesquisados, que “vem aumentando o interesse entre os professores e os alunos em empregar essas ferramentas no processo de ensino e aprendizagem”.

Brito (2020, p. 6) oportunamente apresenta, quanto ao EH, a necessidade de analisar a “singularidade pedagógica” dos conteúdos geridos, com respectiva triagem, análise e adequação. De fato, é fundamental para o êxito no processo ensino e aprendizagem a visão madura de que o EH não é alternativa a ser empreendida aleatoriamente, ocasião em que docentes passam a ter papel imprescindível no processo. É preciso, sim, fomentar avanços, difusão e liberdades que as tecnologias podem conceder em práticas híbridas, “mas que exijam uma compreensão crítica, significativa e ética das tecnologias digitais (Trevisani; Corrêa, 2020, P. 59).

Hibridizar o ensino não deve ser considerado como “facilitar” o processo, tão pouco subdimensionar a responsabilidade docente ou reduzir de alguma maneira a valorização do trabalho do professor, mas é atualizar, contextualizar o ensino com a sociedade naturalmente já imersa e envolvida em atividades híbridas. A maneira de se comunicar mudou nas últimas décadas, a interação social, a aquisição de informações. São tempos de cultura digital, tempos em que *smartphones*, por exemplo, integram a vida das pessoas, muitas vezes as projetando, incluindo e estabelecendo novas formas de construção do conhecimento: “é preciso considerar um ensino que veja o aluno como um sujeito inserido em práticas sociais, dentro

e fora do ambiente escolar, e que, portanto, lhe possibilite participar de diferentes letramentos” (Kalantzis; Cope; Pinheiro, 2020, p. 16).

Diante disso, é necessário refletir sobre as contribuições que o EH pode trazer a cenários educacionais, como a alternância de metodologias, gestão síncrona e assíncrona de atividades, complementações engajadas e planejadas entre o *on-line* e o presencial, sobretudo em tempos de ubiquidade social. O ensino noturno se projeta nesse contexto como exemplo contundente, ainda mais na realidade brasileira, em que se opta, na maior parte das vezes, por estudar à noite, justamente por necessidade de otimização de tempo e conciliação ao trabalho.

### 3 VEREDAS METODOLÓGICAS

Esta pesquisa recorreu a fontes bibliográficas, documentais e a uma delimitada busca aproximada a estado da arte. Quanto às fontes bibliográficas, ao encontro de Gil (2002, p. 45), foi possível a “cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”, sobretudo em um contexto marcado pela dispersão digital, repositório principal de estudos mais recentes sobre o EH.

Confluindo também com o entendimento de Gil (2002, p. 66) de que “periódicos constituem o meio mais importante para a comunicação científica”, esta pesquisa se valeu desses recursos de pesquisas originais com a devida “manutenção do padrão de qualidade na investigação científica”. Também tiveram papel imprescindível fontes documentais, como dados estatísticos e, sobretudo, documentos legais e dispositivos, com o cuidado primordial de não só se selecionar o que interessa, “como também interpretar e comparar o material, para tomá-lo utilizável” (Lakatos; Marconi, 2003, p. 178).

A fim de se obter ao menos uma visão externa sobre a relação da “evasão” com o “ensino noturno” e o “ensino superior”, empreendemos busca com esses três termos na Plataforma de Periódicos da Capes, limitando o termo “evasão” ao título, ocasião em que se encontraram 12 textos/artigos, desconsiderando-se 2 resultados repetidos, conforme o quadro que se segue:

**QUADRO 1.** Pesquisa da tríade ‘evasão, ensino superior e ensino noturno’

Título	Ano publicação	Revista	Link
Retenção e evasão no ensino superior público: estudo de caso em um curso noturno de odontologia	2017	Educação em revista - UFMG	<a href="https://www.scielo.br/j/edur/a/VKcKSJQxVhsPKgpNV8YMhzx/?lang=pt">https://www.scielo.br/j/edur/a/VKcKSJQxVhsPKgpNV8YMhzx/?lang=pt</a>
Compreendendo os fenômenos da retenção e evasão na educação superior em odontologia: estudo de caso em curso noturno	2018	Saberes plurais – educação na saúde	<a href="https://seer.ufrgs.br/index.php/saberesplurais/article/view/88882">https://seer.ufrgs.br/index.php/saberesplurais/article/view/88882</a>
Mudanças na educação superior em cursos da saúde: análise da evasão no curso noturno de odontologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul	2016	Saberes plurais – educação na saúde	<a href="https://seer.ufrgs.br/index.php/saberesplurais/article/view/63717">https://seer.ufrgs.br/index.php/saberesplurais/article/view/63717</a>
Da expansão à evasão: as licenciaturas noturnas na UFV	2019	Ver. Fac. Educ. Unemat	<a href="https://periodicos.unemat.br/index.php/ppgedu/article/view/4316/3433">https://periodicos.unemat.br/index.php/ppgedu/article/view/4316/3433</a>
A evasão no ensino superior noturno: o caso do curso de Química da UFMG	2002	Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior	<a href="https://periodicos.uniso.br/avaliacao/article/view/1173">https://periodicos.uniso.br/avaliacao/article/view/1173</a>
Estratégias das coordenações dos cursos de Ciências Contábeis para combater evasão	2018	Revista universo contábil	<a href="https://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/6600#:~:text=Resumo,28%C8%25%2C%20respectivamente.">https://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/6600#:~:text=Resumo,28%C8%25%2C%20respectivamente.</a>
Evasão e retenção escolar no curso de Licenciatura em Química do Instituto de Química da UFRGS	2016	Investigações em Ensino de Ciências (IENCI)	<a href="https://ienci.if.ufrgs.br/index.php/ienci/article/view/111">https://ienci.if.ufrgs.br/index.php/ienci/article/view/111</a>
Evasão de alunos nos cursos de graduação em Ciências Contábeis em instituições de ensino superior da região Sul do Brasil	2016	Revista de Informação Contábil	<a href="https://periodicos.ufpe.br/revistas/ricontabeis/article/view/22273">https://periodicos.ufpe.br/revistas/ricontabeis/article/view/22273</a>
Reflexões sobre evasão na educação superior brasileira: possibilidades de prevenção e intervenção	2021	Revista Brasileira de Administração Científica	<a href="http://www.sustenere.co/index.php/rbadm/article/view/CBPC2179-684X.2021.002.0021">http://www.sustenere.co/index.php/rbadm/article/view/CBPC2179-684X.2021.002.0021</a>
Curso de Licenciatura em Química: motivações para a evasão discente	2018	ACTIO: Docência em Ciências	<a href="https://periodicos.ufpr.edu.br/actio/article/view/7441">https://periodicos.ufpr.edu.br/actio/article/view/7441</a>

Fonte: adaptado da Plataforma de Periódicos da Capes, 2022

A busca realizada não deixou de ser uma aproximação com pesquisa de estado da arte ou do conhecimento, uma vez que também “são importantes instrumentos que contribuem no acompanhamento histórico da produção do conhecimento, demarcando temas ainda pouco estudados e favorecem o intercâmbio entre os diferentes campos do saber” (VASCONCELLOS; NASCIMENTO DA SILVA; DE SOUZA, 2020, p. 9). É importante observar que essa busca se justificou para encontrar sustentação para a necessidade de otimização do tempo no ensino universitário noturno.

A busca na Plataforma de Periódicos da Capes ocorreu na primeira semana de outubro de 2022 e não se limitou ao ano em que os estudos foram publicados ou realizados. A escolha dos termos “evasão, ensino superior e ensino noturno”, concomitantemente, nas pesquisas publicadas, permitiu a observação de que em todas elas o tempo - ou a falta dele – se relaciona, em um ou outro momento, com a evasão nos cursos noturnos do ensino superior. Já em 2002, essa questão se mostrou aguda e crônica na pesquisa de um curso de Química de uma universidade federal, uma situação que não deixou de ser ratificada pela pesquisa, em 2021, na Revista Brasileira de Administração Científica, que apontou várias categorias de análise, dentre elas, a inevitável relação do “trabalho-estudo”.

Esta pesquisa, em alguns momentos, valeu-se de dados quantitativos, mas o cerne da abordagem do conjunto de informações encontradas foi qualitativo, perpassando experiências e vivências, indo ao encontro das proposições de Minayo (2012, p. 622) sobre esse tipo de abordagem que natural e essencialmente passa pelo movimento de “compreender, interpretar e dialetizar” o conteúdo pesquisado.

#### **4 EVASÃO E ENSINO NOTURNO: CONJECTURAS**

As primeiras organizações de classes voltadas para o público noturno remetem aos tempos do Império, com registros já em 1870-1880 de turmas de aula no turno noturno “servindo ao homem do povo que vive do salário” (CARVALHO, 2001, p. 27). E não se deve, jamais, desconsiderar as eventuais e muitas características desse alunado. É o que nos ratifica Sá (2019, p. 183), quando afirma que “o turno noturno tem potencial inclusivo porque o corpo discente noturno é mais diverso que o do diurno, quanto a egressos de escolas públicas e trabalhadores”.

A evasão ainda se mostra um tema pouco discutido. O fato de a busca na Plataforma de Periódicos da Capes, não limitada temporalmente e não especificada quanto ao tipo de recurso de pesquisa, encontrar apenas 12 resultados, na verdade 10, devido às duas ocorrências repetidas, não deixa de confirmar que o tema, embora presente no meio educacional, é pouco pesquisado. Certamente, também, um dos fatores é a escassez de fontes de dados disponíveis de maneira clara e objetiva: não é de interesse das instituições publicizarem suas taxas de evasão e o governo ainda adota, na maioria das publicações, burocrática sistemática de dados.

Não é intenção primordial desta pesquisa delimitar motivos e fatores de evasão, aprofundar nessa temática, uma vez que é um contexto repleto de redundâncias e convergências nos dizeres de Sá (2019, p. 41), que defende que “o fenômeno é multicausal”. No entanto, o mesmo pesquisador aponta como um dos fatores a serem considerados que “a quantidade de horas de trabalho semanais está negativamente associada à persistência em

razão da indisponibilidade de tempo e da incompatibilidade de horários” (SÁ, 2019, p. 41). Essa questão, por conseguinte, de jornada de trabalho discente, esbarra na realidade de cursos noturnos, na realidade brasileira, que possivelmente deve ser também de outros países marcados pela desigualdade social e traços neoliberalistas.

Todos os artigos pesquisados trazem, direta ou indiretamente, dificuldades em conciliar trabalho com estudos como fatores de evasão em cursos noturnos: “para os estudantes que exerciam atividades profissionais formais durante o dia, o cansaço, o sono e até o esgotamento após o dia de trabalho, além da falta de tempo para estudar, foram fatores que interferiram no desempenho das disciplinas cursadas” (Lamers; Santos; Toassi, p. 13).

Estudo sobre evasão em cursos noturnos de licenciaturas na Universidade Federal de Viçosa, publicado em 2019, apontou, na maioria deles, índices de evasão superiores a 75%, citando-se, entre fatores gerais, também aqueles relacionados a questões financeiras e atividades de trabalho (Rigo; Cardoso; Herneck, 2020, p. 82-83).

Pesquisa empreendida sobre evasão em curso noturno de Química na Universidade Federal de Minas Gerais, há cerca de 20 anos, comparando características de alunos de cursos diurnos com alunos de cursos noturnos, traz também oportuna e ainda muito atual conjectura, apresentando o fato de que os discentes do turno noturno “já eram profissionais com posição definida no mercado de trabalho que, em um dado momento, tentaram conciliar essa posição com a de estudante do ensino superior e, pelo menos, nessa primeira tentativa, não obtiveram sucesso” (Braga; Peixoto; Diniz; Bogutchi, 2002, p. 60).

A otimização do tempo e a respectiva concorrência de tempo entre trabalho e estudo são discutidas como fatores de evasão por Araujo, Silva e Pederneiras (2021, p. 265), quando ratificam que “o horário de oferta do curso e a necessidade de trabalhar e estudar por parte do estudante também são variáveis que influenciam na evasão no ensino superior”, ao que também complementam:

já aulas expositivas, com tempo prolongado, para uma turma com estudantes que chegam à universidade cansados por conta da jornada de trabalho, ou aulas com a utilização de recursos ‘antigos’ e pouco atrativos foram consideradas como fatores negativos, desmotivadores, conforme relato do estudante entrevistado (Lamers; Santos; Toassi, 2017, P. 16).

Sá complementa as autoras, apontando que estudantes do turno noturno, sobretudo de licenciaturas, já trazem inclinações para evasão, uma vez que “a superposição modalidade/turno/horário conduz estudantes socioeconômica e subjetivamente mais

inclinados à desistência aos cursos com menor potencial retentor. As licenciaturas, desvalorizadas, são o que se oferta no noturno” (SÁ, 2019, p. 166).

Questões relacionadas à adaptação curricular e às dificuldades de aprendizagem também apareceram na maioria dos textos, como em Silva e Figueiredo (2018, p. 247), o “desânimo com a visão de alguns professores e com a grade de disciplinas mal elaborada (EM4)”. Outra pesquisa, discorrendo sobre fatores de evasão em cursos noturnos de uma universidade federal, embora não tenha aparecido no rol de resultados da plataforma da Capes, também ilustra essa situação, ao encontrar que “ ‘Questões disciplinares’ foram as mais frequentes e as que mais incomodaram os participantes” com relatos criticando, por exemplo, tempo necessário para realizar avaliações e quantidade incompatível de “exercícios de uma lista para estudar para a prova” (SOUSA *et al.*, 2021, p. 137).

Além da questão do “ter que trabalhar” também há a questão do “não conseguir acompanhar”. Essas situações didáticas e metodológicas não deixam de ir ao encontro da necessidade de otimização do tempo, da gestão do tempo de maneira geral. A busca por mais flexibilidade, movimento e alternância no contexto da sala de aula pode colaborar para a reversão ou atenuação desse quadro socioeducacional de evasão e situações relacionadas.

## 5 ENSINO HÍBRIDO E ENSINO UNIVERSITÁRIO NOTURNO: POSSIBILIDADES

O Censo da Educação Superior de 2020 trouxe apontamentos plausíveis para reflexão, revelando que, em programas especiais<sup>3</sup>, a taxa de vagas ocupadas por meio da modalidade a distância superou todas as demais modalidades. O volume de ingressos em 2020 alcançou aumento significativo na modalidade a distância, registrando queda na modalidade presencial. O Censo 2020 ainda traz o apontamento de que, entre os anos de “2010 e 2020, o número de ingressos variou negativamente 13,9% nos cursos de graduação presencial e nos cursos a distância aumentou 428,2%” (BRASIL, 2020d, p. 17).

Conforme o mesmo Censo, “em 2020, o número de concluintes em cursos de graduação presencial teve queda de 6,0% em relação a 2019. A modalidade a distância aumentou 26,7% no mesmo período” (BRASIL, 2020d, p. 29). Não se pode negar que esses números nos mostram, a princípio, certa preferência por modalidade de ensino que tem como característica a gestão e otimização do tempo de estudo.

---

<sup>3</sup> Forma de ingresso na educação superior por meio de programas que ofertem vagas em turmas especiais para demandas específicas. Por exemplo: vagas derivadas do Plano Nacional de Formação de Professores (Parfor), do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) e do Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (Procampo), conforme o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (BRASIL, 2021).

A versatilidade que marca o ensino híbrido, relativamente próximo à Educação a Distância (EaD), a amplitude de métodos possíveis, os arranjos didáticos que emanam de sua pedagogia também já se evidenciaram, por exemplo, na Pedagogia da Alternância, muito bem delineada pelo Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, que dispõe sobre a política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea). O Decreto, em seu Art. 5º, estabelece que “poderão ser adotadas metodologias de educação a distância para garantir a adequada formação de profissionais para a educação do campo”, assegurando adaptação e ajuste entre formação profissional com jornada de estudos de maneira concomitante, com metodologias adequadas (Brasil, 2010).

A Pedagogia da Alternância é naturalmente um considerável exemplo de processo híbrido de ensino e aprendizagem, entre a distância e a presença. Outro encaminhamento para se hibridizar aulas também veio da Portaria nº 1.428, de 28 de dezembro de 2018, instituindo a oferta, por instituições de Educação Superior, de até 40% da carga horária com disciplinas na modalidade a distância em cursos de graduação presencial (BRASIL, 2018). A portaria delimita condições e requisitos técnicos, como necessidade de credenciamento e conceito compatível, mas não deixa de fomentar discurso em prol da inovação de processo de ensino: há um caminho possível para aliviar a carga horária presencial.

A pandemia de covid-19 mostrou ao mundo que as Novas Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (NTDIC) podem ter configuração maior que apenas enquanto simples ferramentas. Muito além, podem redesenhar *designs* pedagógicos, não substituindo metodologias tradicionais, mas as complementando, agregando a elas valores e versatilidade, alternância essa solicitada sobretudo em tempos de diversidade social com alunos trabalhadores que, muitas vezes, recorrem ao turno noturno para prosseguimento de estudos e para a busca da tão sonhada formação acadêmica.

As NTDIC podem – e devem caminhar ao encontro da otimização de metodologias, conciliação entre momentos síncronos e assíncronos, devidamente planejados e orquestrados, estabelecendo fluências entre atividades práticas e teóricas. Para alunos do ensino noturno, pode ser um diferencial para se manter a permanência no curso. As políticas públicas devem ter a consciência da diversidade desse alunado, na maioria das vezes, discentes que precisam trabalhar. É preciso considerar, atentar-se para o fato de que, no contexto atual, “no ensino superior brasileiro, as desigualdades sociais e o acesso seletivo fazem com que a universidade definitivamente não seja para trabalhadores” (Sá, 2019, p. 47).

O EH no ensino noturno, entretanto, não deve ser instrumento de desvalorização docente, tão pouco como fator redutor de qualidade, ao contrário, deve ser estimulado como dinamizador do processo de ensino e aprendizagem. Dois discursos são distintos, o da

educação pobre, da formação medíocre, que pode ou não ser presencial, que pode ou não ser *on-line*. O outro discurso é o fato de que a agência escolar continue ou não à margem do desenvolvimento tecnológico e digital.

É preciso inocular-se, preparar-se criticamente quanto às condições em que práticas e aulas sejam conciliadas entre virtuais e parcialmente presenciais, com qualidade e não meramente “adotadas estrategicamente seguindo o apetite de gozo do mercado” (Sena; Pereira; Lajonquière, 2022, n.p.), o que não deixa de ser uma possibilidade num contexto neoliberal. Por outro lado, que instituição de ensino eficiente e em sã consciência institucional procuraria não acompanhar a sociedade em rede e com ela protagonizar eficientes mudanças? A precarização é um fato lamentável, mas está relacionada sobretudo a motivações, não a estratégias ou métodos. Chega o momento de “ampliarmos os horizontes das atividades educacionais híbridas em direção à necessidade de assumirmos certos compromissos sociais inadiáveis” (Fernandes; Mercado, 2022, p. 128).

É preciso integrar a novidade à tradição, extraíndo dessa relação o que for possível de melhor. Não é abandonar a biblioteca, mas considerar que plataformas e periódicos *on-line* estão disponíveis também em *smartphones* na palma da mão. Não é sepultar a aula expositiva, mas saber que se ganha tempo e versatilidade quando se fomenta acesso prévio ao conteúdo a ser percorrido nela. Não é suprimir a frequência de aulas presenciais, mas planejá-las com inovação, precisão, ressignificando a ocorrência e a intensidade delas.

Moran também ratifica que “há muitas possibilidades de sinergia entre o presencial *blended*, o semipresencial e o online” que podem fomentar práticas exitosas com uso de currículos mais flexíveis, utilização maior de metodologias ativas, incentivo à criatividade em salas de aula invertida, mas frisando responsabilidade assim como também advertindo sobre estímulo e valorização à docência diante dessas transformações: “não se preparam bons alunos com profissionais desmotivados e mal remunerados” (MORAN, 2015, p. 30).

A qualificação para o trabalho docente híbrido não é trivial. São naturalmente necessários treinamento, recursos compatíveis e contínua avaliação e valorização profissional. Tempos híbridos requerem professores que “sejam designers de ambientes de aprendizagem para alunos engajados, em vez de indivíduos que regurgitam o conteúdo do livro didático” (Kalantzis; Cope; Pinheiro, 2020, p. 27-28). Qualificar é ainda o melhor remédio e antídoto para a não precarização.

Pesquisa de mestrado defendida na Universidade Federal do Sergipe em 2020, sobre formação de professores e ensino híbrido, envolvendo 44 licenciandos de cursos de Letras, Pedagogia e Química, analisou potencialidades e os limites do ensino híbrido, encontrando

resultados favoráveis ao regime de alternância na graduação, sobretudo na formação docente, apontando para a “ressignificação de saberes, práticas e da apropriação de metodologias ativas que favorecem a reflexão-ação-reflexão com repercussões na atuação da profissão”, destacando “habilidades diferenciadas desenvolvidas por essa oportunidade (...)” (LOPES, 2020, p. 101-102).

A pesquisa de Lopes (2020), que realizou imersão teórica e prática com diversidade de abordagens híbridas, encontrou destaque na metodologia ativa referente à sala de aula invertida, que muito pode agregar ao processo de ensino e aprendizagem diversificado e transformado, conforme relato dos próprios participantes:

Todos eles, mas a sala de aula invertida é uma forma de envolver o aluno antes mesmo que a aula [...] comece. Além de tornar as aulas mais dinâmicas. (MPED14).

Sala de aula invertida, porque nesse modelo o primeiro contato dos estudantes com o conteúdo acontece antes deles irem para a escola, por meio dos recursos disponibilizados pelo professor. Dessa maneira, o tempo em sala de aula é melhor aproveitado e proporciona ao aluno maior autonomia. (MPED19). (LOPES, 2020, p.86).

Seja por modelos de rotação em sala de aula, rotação por estações com subdivisão de turmas, laboratório rotacional, modelos *flex*, à la carte (CHRISTENSEN, HORN; STAKER, 2013, p.27) e demais dinâmicas e alternâncias em sala de aula, pouco importa a nomenclatura em si, mas o teor de inovação e otimização de processos de ensino e aprendizagem - e de tempo. O EH traz o viés do movimentar-se, experimentar e por isso mesmo pode trazer nova roupagem não só à educação superior, mas a toda organização escolar, sobretudo para alunos adultos trabalhadores.

Karwoski e Bernardo (2021), em pesquisa que investigou em cinco universidades públicas disposições iniciais diante do ensino remoto, por meio da análise de plataformas digitais institucionais criadas para dinamizar as ações pedagógicas durante o auge da pandemia de covid-19, demonstraram que as instituições e os sistemas de ensino, quando provocados, quando buscam caminhos mais eficientes, conseguem obter bons resultados para se adaptarem a novas demandas. O ensino remoto trouxe nova visão para o ensino híbrido, alavancou novas possibilidades e muito pode agregar a organizações e sistemas de ensino ávidos por transformações: o ensino noturno, por exemplo.

A pandemia, iniciada em 2020, e tudo aquilo que ela atingiu no contexto educacional mostraram que as NTDIC são, mais que simples recursos, suportes potencializadores de contextualização e dinamismo social e educacional.

## 6 CONSIDERAÇÕES PROVISÓRIAS

Conforme Kalantzis, Cope e Pinheiro (2020, p. 46), estamos na era da “terceira globalização”. Estamos a todo momento lidando com novas mídias, novos suportes de dados e informações. Novos letramentos e novas maneiras de interação social emergem a cada dia, consecutivamente. Temos vivenciado uma diversidade de modos de construção de significados, nas maneiras pelas quais as diferenças linguísticas são negociadas e na acessibilidade crescente a novos meios de comunicação. Estamos em contextos sociais em que línguas diferentes interagem em redes sociais, num universo multissemiótico e multimodal. O mundo não se baseia mais em fala e escrita. Imagens, sonoridades, sinestésias e diversas culturas se mesclam e estabelecem relações de poder.

Diante de tanta acessibilidade, naturalmente o trabalho docente precisa se revestir de mais senso crítico, de mais empenho em planejar e redesenhar sua práxis. E é preciso fazê-lo. E os sistemas devem fomentar e incentivar mudanças nas relações com a gestão do tempo, com a otimização do tempo, rompendo o velho e ainda latente preconceito generalista de que, quanto menos dedicação presencial, pior. Esses últimos anos de pandemia mostraram muito que o *on-line* concretizou novas configurações da presencialidade. É pouco concebível e lógico visualizar turnos noturnos de ensino superior se estendendo próximo ou até as 23 horas da noite<sup>4</sup>. Hibridizar o tempo de presença com atividades assíncronas e *on-line* é uma questão dialógica, contextual e inclusiva. O EH notoriamente traz possibilidades de se combater na prática a evasão, sobretudo no turno noturno.

Carvalho (2001, p. 8), oportunamente, já há mais de duas décadas, advertia que é preciso conhecer sobre a situação dos alunos que trabalham e que reformulações do noturno devem produzir “um saber que pode e precisa ser incorporado à escola visando construir um cotidiano diverso do cotidiano fundado no senso comum e que se constitui na rotina escolar repetida sem análise”. A equação é simples, basta analisar o que se alterou na sociedade do ponto de vista da acessibilidade a informações e das NTDIC nos últimos 50 ou 60 anos e o que se alterou quanto à organização de funcionamento do turno noturno nesse mesmo período.

Discutir o ensino híbrido não é discutir a Educação a Distância. Essa já tem todo um esquadro disciplinar de construção e aplicabilidade. O EH, embora traga traços fortes da EaD,

---

<sup>4</sup> Busca aleatória na internet identificou com facilidade horários de aulas do turno noturno, exemplificando: UFTM (<https://sistemas.uftm.edu.br/integrado/sistemas/pub/publicacao.html?secao=435&publicacao=10670>), UFJF (<https://www.ufjf.br/direito/files/2014/09/Hor%C3%A1rio-DEFINITIVO-Noturno.pdf>), Unicamp (<https://www.fef.unicamp.br/fef/graduacao/gradehoraria>), UESB (<http://www2.uesb.br/consepe/arquivos/Resolu%C3%A7%C3%A3o%2092-2010%20-%20Padroniza%C3%A7%C3%A3o%20de%20Hor%C3%A1rio.pdf>)

porta-se mais como a remodelação do ensino presencial, um presencial mais dinâmico, mais inclusivo, que passa a otimizar o tempo de estudo em prol do aperfeiçoamento da aprendizagem, rompendo com o isolamento socioeducacional nocivo e com o tradicionalismo que não dialoga com a realidade.

Esta pesquisa busca tão somente trazer reflexões, que podem, inclusive, ser consideradas em outros níveis de ensino e em outros turnos de trabalho docente, seja vespertino ou matutino. A sociedade, já há muitos anos, vem funcionando de forma híbrida no jeito de se comunicar, relacionar e se movimentar. Em contexto educacional, se for uma prática que possa trazer mais eficiência, mais flexibilidade e audiência, por que ficar remediando? Otimizar o tempo é ampliar e assegurar acesso, elevar oportunidades, incluir efetivamente.

Para turnos diurnos, o ensino híbrido pode ser opção a muito se considerar; para o turno noturno, condição iminentemente indispensável.

## REFERÊNCIAS

ARAUJO, Ana Carolina da Costa; SILVA, Thales Fabrício da Costa; PEDERNEIRAS, Marcleide Maria Macêdo. Reflexões sobre evasão na educação superior brasileira: possibilidades de prevenção e intervenção. **Revista Brasileira de Administração Científica**, v.12, n.2, p.257-272, 2021. Disponível em: DOI: <http://doi.org/10.6008/CBPC2179-684X.2021.002.0021> Acesso em: 20 set. 2022.

BATES, Tony. **Educar na era digital: design, ensino e aprendizagem**. São Paulo: Artesanato Educacional, 2017. Disponível em: [http://www.abed.org.br/arquivos/Educar na Era Digital.pdf](http://www.abed.org.br/arquivos/Educar_na_Era_Digital.pdf) Acesso em: 19 out. 2022.

BERNARDO, Julio Cesar Oliveira; KARWOSKI, Acir Mário. O ensino híbrido no contexto da pandemia. **Revista Triângulo**, Uberaba, MG, v. 15, n. 2, p. 187-199, 2022. DOI: 10.18554/rt.v15i2.6290. Disponível em: <https://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/revistatriangulo/article/view/6290> Acesso em: 13 out. 2022.

BRAGA, Mauro Mendes; PEIXOTO, Maria do Carmo L.; DINIZ, Lisangela Fonseca.; BOGUTCHI, Tânia Fernandes. A evasão no ensino superior noturno: o caso do curso de Química da UFMG. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 7, n. 1, 2002. Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/avaliacao/article/view/1173> Acesso em: 17 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação do Campo**: Marcos Legais. Decreto nº 7.352/2010. Brasília, DF: SECAD, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/marco-2012-pdf/10199-8-decreto-7352-de4-de-novembro-de-2010/file> Acesso em: 15 set. 2022.

BRASIL. Portaria nº 1.428, de 28 de dezembro de 2018. Dispõe sobre a oferta, por Instituições de Educação Superior - IES, de disciplinas na modalidade a distância em cursos de graduação presencial. **Diário Oficial da União**: seção: 1. Brasília, DF, p. 59, 31 dez. 2018. Disponível em: [https://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/57496468/do1-2018-12-31-portaria-n-1-428-de-28-de-dezembro-de-2018-57496251](https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/57496468/do1-2018-12-31-portaria-n-1-428-de-28-de-dezembro-de-2018-57496251) Acesso em: 10 out. 2022.

BRASIL. Portaria nº 454, de 20 de março de 2020. Declara, em todo o território nacional, o estado de transmissão comunitária da corona vírus (Covid-19). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 20 mar. 2020a. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-454-de-20-de-marco-de-2020-249091587> Acesso em: 10 out. 2022.

BRASIL. Portaria nº 544, de 16 de junho de 2020. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - Covid-19, e revoga as Portarias MEC nº 343, de 17 de março de 2020, nº 345, de 19 de março de 2020, e nº 473, de 12 de maio de 2020. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 62, 16 jun. 2020b. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-544-de-16-de-junho-de-2020-261924872> Acesso em: 10 set. 2021.

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 2, de 10 de dezembro de 2020. Institui Diretrizes Nacionais orientadoras para a implementação dos dispositivos da Lei nº 14040, de 18 de agosto de 2020, que estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas pelos sistemas de ensino, instituições e rede escolares, públicas, privadas, comunitárias e confessionais, durante o estado de calamidade reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 52, 11 dez. 2020c. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-2-de-10-de-dezembro-de-2020-293526006> Acesso em: 29 set. 2022.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep. Ministério da Educação. **Censo da Educação Superior**: notas estatísticas. 2020d. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas\\_e\\_indicadores/notas\\_estatisticas\\_censo\\_da\\_educacao\\_superior\\_2020.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/notas_estatisticas_censo_da_educacao_superior_2020.pdf) Acesso em: 15 fev. 2022.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep. Ministério da Educação. **Manual do preenchimento do censo da educação superior 2021:** módulo aluno. Brasília, DF, Inep, 2021. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/areas\\_de\\_atuacao/manual\\_preenchimento\\_censo\\_educacao\\_superior\\_2021\\_modulo\\_aluno.pdf](https://download.inep.gov.br/areas_de_atuacao/manual_preenchimento_censo_educacao_superior_2021_modulo_aluno.pdf) Acesso em: 2 fev. 2023.

BRITO, Jorge Maurício da Silva. A Singularidade Pedagógica do Ensino Híbrido. **EaD em Foco**, v. 10, n. 1, 23 jun. 2020. Disponível em: <https://eademfoco.cecierj.edu.br/index.php/Revista/article/view/948> Acesso em: 30 out. 2022.

CARVALHO, Célia Pezzolo de. **Ensino noturno:** realidade e ilusão. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

CHRISTENSEN, Clayton M.; HORN, Michael B.; STAKER, Heather. **Ensino Híbrido:** uma Inovação Disruptiva?. Uma introdução à teoria dos híbridos. Maio de 2013. Disponível em: [https://porvir.org/wp-content/uploads/2014/08/PT\\_Is-K-12-blended-learning-disruptive-Final.pdf](https://porvir.org/wp-content/uploads/2014/08/PT_Is-K-12-blended-learning-disruptive-Final.pdf) Acesso em: 02 nov. 2022.

FERNANDES, Carlos Jorge da Silva Correia. MERCADO, Luis Paulo Leopoldo. Identidade, diferença e personalização no ensino híbrido: reflexões em tempos de pandemia, mas para além dela. **ETD - Educação Temática Digital**, v. 24, n. 1, p. 113-132, 2022. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8665573> Acesso em: 20 out. 2022

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HORN, Michael B.; STAKER, Heather. **Blended:** usando a inovação disruptiva para aprimorar a educação. Tradução: Maria Cristina Gularte Monteiro. Porto Alegre: Penso, 2015.

KALANTZIS, Mary; COPE, Bill; PINHEIRO, Petrilson. **Letramentos**. Campinas: Unicamp, 2020.

KARWOSKI, Acir Mário; BERNARDO, Júlio Cesar Oliveira. Ensino remoto: uma nova distância para a educação superior? **REVISTA INTERSABERES**, v. 17, n. 40, p. 343-366, 21 abr. 2022. Disponível em: <https://www.revistasuninter.com/intersaberes/index.php/revista/article/view/2301> Acesso em: 25 out. 2022.

LAKATOS, Eva Maria ; MARCONI, Marina de Andrade Marconi. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LAMERS, Juliana Maciel de Souza; SANTOS, Bettina Steren; TOASSI, Ramona Fernanda Ceriotti. Retenção e evasão no ensino superior público: estudo de caso em um curso noturno de odontologia. **Educação em Revista** [online]. 2017, v. 33 Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-4698154730> Acesso em: 20 out. 2022.

LOPES, Julita Batista da Cruz. **Formação de professores e ensino híbrido: perspectivas e desafios na educação superior**. 2020. 127 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2020. Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/14783> Acesso em: 15 out. 2022

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & Saúde Coletiva** [online]. 2012, v. 17, n. 3, pp. 621-626. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232012000300007> Acesso em: 25 out. 2022.

MORAN, José. Coleção Mídias Contemporâneas. Convergências Midiáticas, Educação e Cidadania: aproximações jovens. Vol. II. Carlos Alberto de Souza e Ofelia Elisa Torres Morales (org.). **PG: Foca Foto - PROEX/UEPG**, 2015. Disponível em: [http://www2.eca.usp.br/moran/wp-content/uploads/2013/12/mudando\\_moran.pdf](http://www2.eca.usp.br/moran/wp-content/uploads/2013/12/mudando_moran.pdf) Acesso em: 16. out. 2022.

NOVAIS, Ivanilda de Almeida Meira. **Ensino híbrido: estado do conhecimento das produções científicas no período de 2006 a 2016**. 143 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Maringá, Maringá - PR, 2017. Disponível em: <http://www.ppe.uem.br/dissertacoes/2017/2017%20-%20Ivanilda%20Novais.pdf> Acesso em: 10 set. 2022.

OPAS - Organização Pan-Americana da Saúde. 2020. **Histórico da pandemia de COVID-19**. Brasília: OPAS, 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19> Acesso em: 30 out. 2022

REIMERS, Fernando M.; SCHLEICHER, Andreas. **A framework to guide an education response to the Covid-19 Pandemic of 2020**. 2020. Disponível em: [https://read.oecd-ilibrary.org/view/?ref=126\\_126988-t63lxosohs&title=A-framework-to-guide-an-education-response-to-the-Covid-19-Pandemic-of-2020](https://read.oecd-ilibrary.org/view/?ref=126_126988-t63lxosohs&title=A-framework-to-guide-an-education-response-to-the-Covid-19-Pandemic-of-2020) Acesso em: 20 out. 2022.

RIGO, Júlia da Silva; CARDOSO, Frederico Assis; HERNECK, Heloisa Raimunda. Da expansão à evasão: as licenciaturas noturnas na UFV. **Revista da Faculdade de Educação**, v. 32, n. 2, p. 69-86, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/ppgedu/article/view/4316> . Acesso em: 17 out. 2022.

SÁ, Thiago Antônio de Oliveira. **Por que eles se vão?** O abandono no ensino superior público pós-expansão do acesso. 2019. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019. Disponível em:

<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/11514>. Acesso em: 17 out. 2022.

SARAIVA, Karla; TRAVERSINI, Clarice; LOCKMANN, Kamila. 2020. A educação em tempos de COVID-19: ensino remoto e exaustão docente. **Práxis Educativa**, v. 15, p. 1-24, 2020.

Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/218250> Acesso em: 2 nov. 2022

SENA, Isael de Jesus; PEREIRA, Marcelo Ricardo; LAJONQUIÈRE, Leandro de. Hybrid teaching at the university and enunciation place of professors in the academic-vocational formation. **SciELO Preprints**, 2022. Disponível em:

<https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/3624> . Acesso em: 24 out. 2022.

SILVA, Kauane Nogueira.; FIGUEIREDO, Márcia Camilo. Curso de licenciatura em química: motivações para a evasão discente. **ACTIO: docência em ciências [recurso eletrônico]** / Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Programa de Pós-graduação em Formação Científica, Educacional e Tecnológica, v. 1, n. 1, set./dez., 2016-). Curitiba, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2016. Disponível em:

<https://periodicos.utfpr.edu.br/actio/article/view/7441>. Acesso em: 20 out. 2022.

SOUSA, Waleska Dayse Dias; COSTA, Carla Regina; SOUZA, Daniele Cristina de; ORNELLAS, Janaína Faria de; LEMES, Leandro Cruvinel; MOREIRA, Marcos Dionísio; CINTRA, Mariângela Torreglosa Ruiz; ALÉSSIO, Osmar; BURANELLO, Patrícia Andressa de Almeida.; SILVA, Ricardo Souza da; MELO, Alan Lopes; ALVES, Moyses de Oliveira Pereira; CRUZ, Ana Cristina Thiersch; PRATA, Bianca Oliveira Pontes. Evasão em cursos de licenciatura de Ciências Exatas e Naturais. **Revista Triângulo**, Uberaba - MG, v. 14, n. 1, p. 127-146, 2021. DOI: 10.18554/rt.v14i1.5461. Disponível em:

<https://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/revistatriangulo/article/view/5461> .

Acesso em: 18 out. 2022.

TREVISANI, Fernando de Mello; CORRÊA, Ygor. Ensino híbrido e o desenvolvimento de competências gerais da Base Nacional Comum Curricular. **Revista Práxis**, v. 2, p. 43-62, 2020. DOI: 10.25112/rpr.v2i0.2208. Disponível em:

<https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistapraxis/article/view/2208> Acesso em:

29 set. 2022.

UNESCO. **O Futuro da aprendizagem móvel**: implicações para planejadores e gestores de políticas. Brasília, DF: 2014. 64 p. Disponível em:

<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000228074> . Acesso em: 20 set. 2022.

UNESCO. **No Dia da Educação, UNESCO chama atenção para a urgência de ações de enfrentamento após impacto da COVID-19**. Unesco, 2020. Disponível em:

<https://pt.unesco.org/news/nodia-da-educacao-unesco-chama-atencao-urgencia-aco-es-enfrentamento-apos-impacto-dacovid-19> Acesso em: 15 set. 2022

VASCONCELLOS, Vera Maria Ramos de; NASCIMENTO DA SILVA, Anne Patrícia Pimentel; DE SOUZA, Roberta Teixeira. O Estado da Arte ou o Estado do Conhecimento. **Educação**, v. 43, n. 3, p. e37452. 2020. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/37452> Acesso em: 2 nov. 2022.

**Revisão gramatical realizada por:** Débora Francisca de Lima  
E-mail: [deborafnanlima@yahoo.com.br](mailto:deborafnanlima@yahoo.com.br)